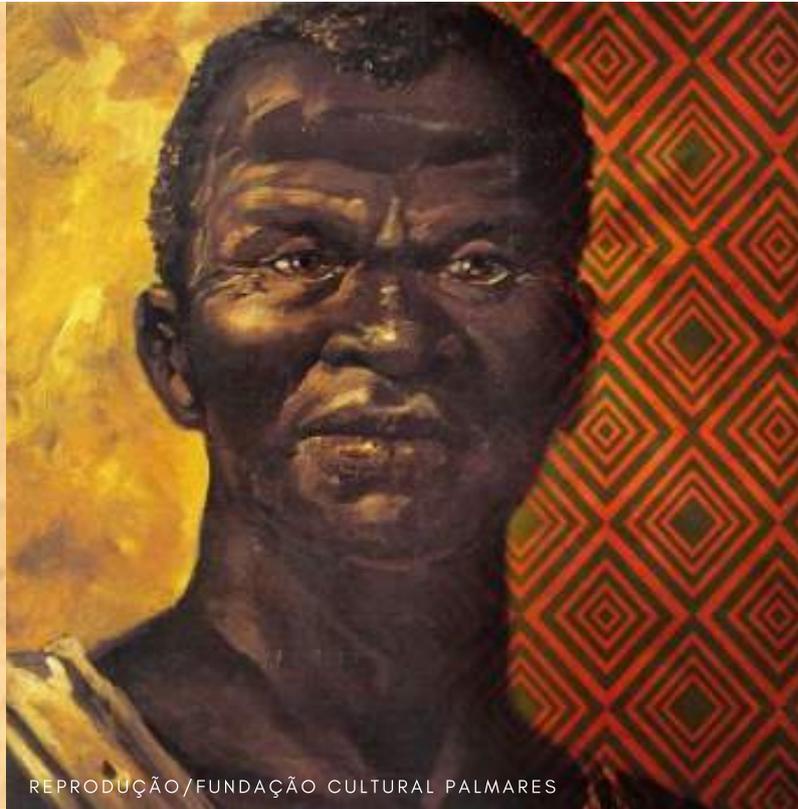


BOLETIM LECAMP

Licenciatura em Educação do Campo - Ciências da Natureza



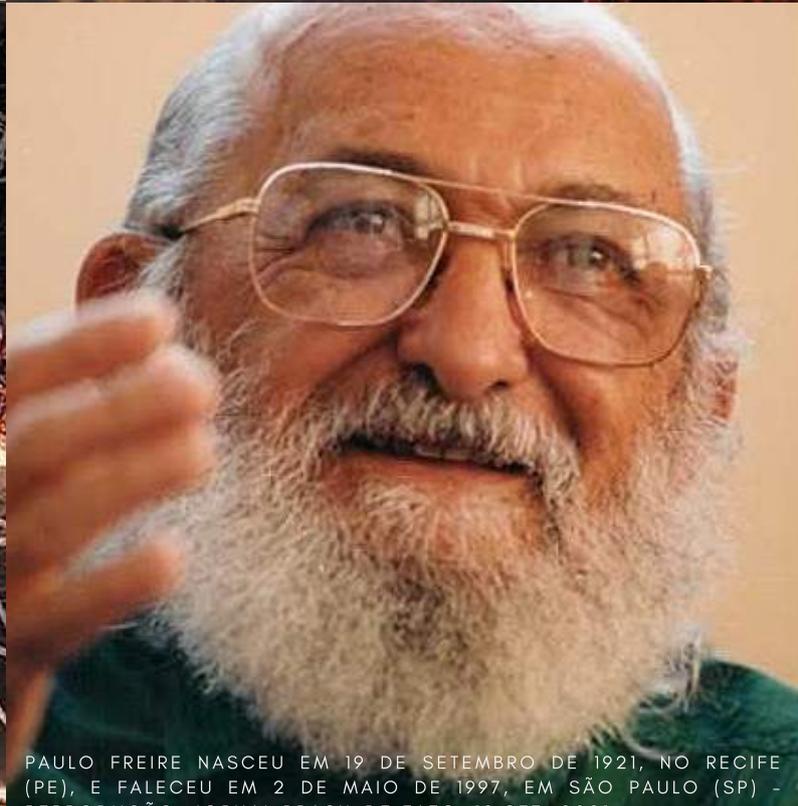
REPRODUÇÃO/ CIENCIAWEB IFSC E IEA/USP, YVONNE P. MASCARENHAS



REPRODUÇÃO/FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES



MOBILIZAÇÃO EM BRASÍLIA (DF) PELO "NÃO" À TESE DO "MARCO TEMPORAL" - APÍB/DIVULGAÇÃO, BRASH DE FATO, 01 SET. 2021.



PAULO FREIRE NASCEU EM 19 DE SETEMBRO DE 1921, NO RECIFE (PE), E FALEceu EM 2 DE MAIO DE 1997, EM SÃO PAULO (SP) - REPRODUÇÃO. JORNAL BRASIL DE FATO, 19 SET. 2021.

LECAMPO

FORTALECENDO A LUTA PELA EDUCAÇÃO DO CAMPO NA UNIVERSIDADE

Índice

Boletim Lecampo | Número 3 | Dezembro 2021

OPINIÃO

03

EDITORIAL

05

A LEI 10.639/2003 E A
"AFRICANIZAÇÃO" DO
CURSO DE HISTÓRIA
NAS UNIVERSIDADES
BRASILEIRAS

08

VOCÊ SABE O QUE
É RACISMO
RECREATIVO OU
HUMOR RACISTA?

10

INTENCIONALIDADE,
SUSTENTABILIDADE E
DESENVOLVIMENTO:
NOTAS SOBRE O
"DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL", HOJE

12

A FALÁCIA DO MARCO
TEMPORAL E A
PERVERSÃO DOS
DIREITOS INDÍGENAS NO
BRASIL

15

PAULO FREIRE:
100 ANOS
PRESENTE!

19

VALORIZAÇÃO
DA CULTURA
CAIÇARA

ENSINO-PESQUISA-EXTENSÃO

21

PROJETO DE
EXTENSÃO
"MENINAS E
MULHERES NAS
CIÊNCIAS"

23

EDUCAÇÃO DO CAMPO:
ARTICULAÇÕES COM A
SOBERANIA ALIMENTAR,
SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL E A
AGROECOLOGIA

28

PROJETO DE
PESQUISA GENÉTICA
E SAÚDE DA
POPULAÇÃO NEGRA

CIRANDA CULTURAL

31

EU E A
NATUREZA

32

MINI RADIOGRAFIA
DE BATUVA

LECAMPO EM PERSPECTIVA

34

LECAMPO:
DESAFIOS E
PERSPECTIVAS

Expediente

O Boletim Lecampo é uma publicação eletrônica do Curso de Licenciatura em Educação do Campo - Ciências da Natureza (Lecampo) da Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral.

Coordenação geral: Núcleo de Comunicação Popular (NCP) da Lecampo. Equipe de educadores e educadoras: Adalberto Penha de Paula, Andrea Francine Batista, Etienne Cesar Rosa Vaccarelli, Gilberto da Silva Guizelin, Júlio César David Ferreira, Viviane Camejo Pereira.

Projeto gráfico e diagramação deste número: Catherine Grein Plothow, acadêmica do curso de Jornalismo UFPR, aluna voluntária.

Revisão deste número: Luciana Santos Nogueira de Melo, acadêmica do curso de Jornalismo UFPR, aluna voluntária.

Contato: ncplecampoufpr@gmail.com



Editorial

A construção dos temas desta 3ª edição do Boletim Lecampo envolveu o intuito de pautar três datas importantes que nos fazem refletir sobre os processos de resistência que a Educação do Campo vive cotidianamente: as relações étnico-raciais, a questão ambiental e a luta pela educação como um ato de resistência.

O dia 20 de novembro, data da morte de Zumbi dos Palmares, líder do Quilombo dos Palmares, foi escolhido para o Dia da Consciência Negra. Essa data foi escolhida em contestação ao dia 3 de maio, data em que a Lei Áurea foi assinada. Assim, a referência de celebração do povo negro deve ser a sua própria luta por liberdade e não uma concessão da Coroa Portuguesa*. O Dia da Consciência Negra também foi destaque na **Rádio Lecampo**. Para ouvir o Podcast, [clique aqui](#). Os textos **A Lei 10.639/2003 e a "africanização" do Curso de História das Universidades Brasileiras**, de Gilberto Guizelin, e **Você sabe o que é racismo recreativo ou humor racista?**, de Claudemira Lopes, trazem reflexões importantes para nos ajudar a pensar as relações étnico-raciais na Educação.

O dia 21 de setembro foi o Dia da Árvore. Essa data comemorada no Brasil é próxima do início da Primavera (23 de setembro) e também marca a importância da conservação desse bem natural tão importante para a nossa sobrevivência. As árvores fornecem diversos benefícios para todos nós: o oxigênio que respiramos, os frutos que comemos e alimentam a fauna, a madeira das moradias nos territórios, a sombra que refresca nos dias quentes, além de ser essencial para a manutenção dos mananciais aquáticos, garantindo a água que bebemos. Infelizmente, cada vez mais a floresta tem sido desmatada e com ela vários bichos estão perdendo seu habitat e seres humanos perdendo suas formas de vida. Nesse escopo, o texto **Intencionalidade, sustentabilidade e desenvolvimento: notas sobre o "desenvolvimento sustentável", hoje**, de Marcelo Varella, traz reflexões sobre o desenvolvimento sustentável e a problemática da desterritorialização dos povos, remetendo à ideia de que a questão ambiental é também uma questão social. O texto **A falácia do Marco Temporal e a perversão dos direitos indígenas no Brasil**, de Ana Elisa de Castro Freitas e Eduardo Harder, demonstra que o foco da tese do marco temporal diminui os direitos territoriais dos povos indígenas, distorcendo a compreensão sobre o que são as terras tradicionalmente ocupadas.

O centenário de Paulo Freire, comemorado no dia 19 de setembro, marca os 100 anos do nascimento do nosso patrono da Educação, educador que inspira a luta pela Educação do Campo, nos dá as bases teóricas e práticas para uma educação libertadora, para a emancipação humana e para a autonomia. O texto **Paulo Freire: 100 anos presente!**, de Elisiani Vitória Tiepolo, apresenta reflexões sobre o esperar de Freire e as resistências freireanas.

Nesse mesmo âmbito de resistências, temos a cultura como expressão importante dos sujeitos nos territórios e a luta por sua valorização. O texto **Valorização da Cultura Caiçara**, de Cleiton do Prado e Allan Alves Carneiro, inicia com o questionamento: como a cultura caiçara pode ser valorizada se o próprio governo nos chama de invasores?, provocando o(a) leitor(a) a pensar sobre a questão ambiental, a questão agrária e a cultura, elementos importantes na construção da Educação do Campo nos territórios.

Na coluna Ensino-Pesquisa-Extensão temos reflexões da professora Claudmira Lopes sobre o **Projeto de Extensão Meninas e Mulheres nas Ciências**, que em novembro de 2021 lançou o 2º volume do livro *Cientistas Negras*, promovendo a educação a partir da divulgação científica antirracista e feminista. Também temos reflexões sobre dois Projetos de Pesquisa: o texto **Educação do Campo: articulações com a Soberania Alimentar, Segurança Alimentar e Nutricional e a Agroecologia**, de autoria de Aline Moreira,

Cleide Divino, Viviane Camejo Pereira, Gilson Walmor Dahmer, em que são apresentadas articulações entre a Agroecologia, a Soberania Alimentar e a Segurança Alimentar e Nutricional e sua contribuição para a Educação do Campo, e o texto **Projeto de Pesquisa Genética e Saúde da População Negra**, de Claudemira Lopes, que tem realizado o estudo da ancestralidade genômica da população afro-brasileira a partir da genotipagem das comunidades quilombolas do Paraná.

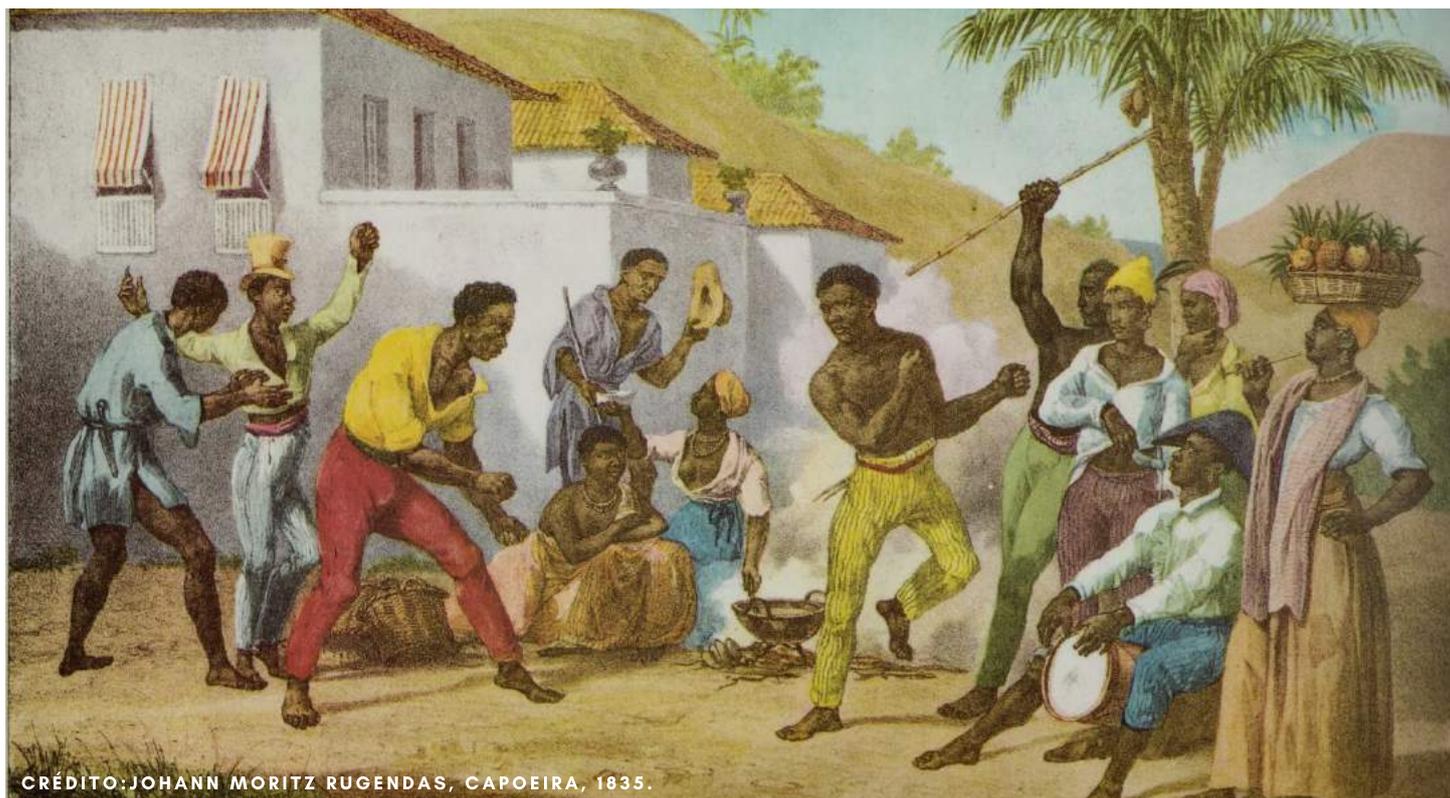
Na coluna Ciranda Cultural, Ilton Gonçalves nos brinda com dois poemas: **Eu e a Natureza** e **Mini Radiografia de Batuva**, em que o autor retrata sua relação com a natureza e sua percepção sobre o lugar - a Comunidade Remanescente Quilombola de Batuva, em Guaraqueçaba, PR.

Por fim, a 3ª Edição do Boletim Lecampo encerra com uma mensagem de fim de ano da coordenação da Lecampo. Esperamos que esta edição contribua para os diálogos de saberes entre a comunidade acadêmica e as comunidades nos territórios do campo, das águas e das florestas, fortalecendo a Educação do Campo.

Fonte: BAPTISTA, Rodrigo. Dia da Consciência Negra, 50 anos: liberdade conquistada, não concedida. Agência Senado. Publicado em 18/11/2021. Disponível em: www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/11/dia-da-consciencia-negra-50-anos-liberdade-conquistada-nao-concedida

EDUCAÇÃO DO CAMPO: DIREITO NOSSO, DEVER DO ESTADO, COMPROMISSO COM A COMUNIDADE!





CRÉDITO: JOHANN MORITZ RUGENDAS, CAPOEIRA, 1835.

A LEI 10.639/2003 E A “AFRICANIZAÇÃO” DO CURSO DE HISTÓRIA DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

GILBERTO DA SILVA GUIZELIN

HISTORIADOR, DOCENTE DA
LECAMPO/UFPR

Em seu livro *Em costas negras*, vencedor da edição de 1993 do Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa, o saudoso historiador Manolo Florentino (falecido em março deste ano) argumenta que, embora as obras clássicas da história colonial brasileira, escritas entre as décadas de 1940 e 1970 por grandes historiadores como Caio Prado Júnior, Celso Furtado, Fernando Novais, Ciro Cardoso e Jacob Gorender, “pensem o tráfico [de africanos escravizados] como um fluxo contínuo e barato, esses autores não questionam as motivações que teriam levado o continente negro a oferecer escravos durante uma longuíssima duração e a custos tão baixos”. “Suas conclusões”, prossegue Florentino, “tendem a assumir que, vítima passiva da fome de braços da empresa colonial americana, a África estaria perfeitamente integrada aos desígnios do mercado europeu”.

Razão esta que explicaria os mais de 300 anos de existência do tráfico atlântico de escravos. Discordando dessa lógica simplista, Florentino chama a atenção em seu livro sobre a urgência dos historiadores brasileiros em tomar a África como locus, de fato, de suas pesquisas, a fim de descortinar a heterogeneidade de ordem social, cultural, política e econômica africana que ajudasse a entender a longevidade do tráfico atlântico de escravos.

Porém, à época em que o trabalho de Florentino veio à luz, eram pouquíssimos os historiadores brasileiros que se debruçavam sobre o passado africano. Havia o Luiz Felipe de Alencastro, que então acabara de defender tese inovadora intitulada *O trato dos viventes*, em que explicava a formação do Brasil como resultado de uma história conectada entre as margens africana e americana banhadas pelo Atlântico Sul. No entanto, tendo emigrado para a França no final dos anos 1970, fugindo da Ditadura

Militar, o trabalho de Alencastro só se popularizou entre a nova geração de historiadores brasileiros a partir de 2000, quando foi traduzido e publicado pela Companhia das Letras. Tinha também o diplomata e historiador Alberto da Costa e Silva, naquele tempo já bastante popular e difundido entre os historiadores estrangeiros por suas pesquisas sobre a pré-história do Continente Negro e sobre a história da África pré-colonial, mas pouco falado, o que dirá lido e estudado nos bancos das universidades brasileiras. E não podemos nos esquecer do trabalho seminal do franco-brasileiro Pierre Verger, em seu livro Fluxo e refluxo, traduzido para o português em 1987, pela editora Corrupio, em meio às comemorações do Centenário da Abolição da Escravidão.

Fato é que, apesar dos esforços dos historiadores acima citados em trazer a África para a centralidade da historiografia brasileira, o currículo dos cursos de História das nossas universidades seguia impregnado por uma matriz teórica e metodológica eurocêntrica. Não surpreende, assim, que, até o início do século XXI, os projetos político-pedagógicos (PPPs) dos cursos de História das principais universidades públicas brasileiras não incorporassem a História da África em seus quadros de disciplinas obrigatórias - quando muito era ofertada uma disciplina optativa - estivessem repletos de História "Antiga Clássica" (leia-se: Grécia e Roma) I e II. Mesmo as disciplinas de História Moderna e Contemporânea, nas quais a história da África poderia ser abordada, restringiam-se a perpetuar a História da "Era dos Impérios" - para parafrasear o título da obra do historiador Eric Hobsbawm - coloniais erigidos pelo imperialismo dos países europeus do final do século XIX.

O ponto de viragem veio com a promulgação da Lei 10.639, em 2003, que definiu as diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e que instituiu a obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira nos níveis de Ensino Fundamental e Médio do país. A partir dela os estudos africanos foram de fato institucionalizados nas universidades brasileiras. Em algumas instituições, o investimento foi além da simples incorporação da História da África ao currículo, levando à contratação de um quadro de professores especialistas em temas africanos.

A Universidade São Paulo foi pioneira na contratação de professores africanos, como do antropólogo brasileiro-congolês Kabenguele Munanga (1980-2012), atualmente professor visitante na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Com efeito, nos últimos anos temos assistido à consolidação de uma historiografia da África produzida por uma nova geração de historiadores brasileiros.

A Lei 10.639 acarretou também a consolidação de centros de pesquisa voltados para os estudos africanos, criados ainda em meados do século XX, a saber: o Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia, fundado em 1959; o Centro de Estudos Africanos da Universidade de São Paulo, criado em 1969; e o Centro de Estudos Afro-Asiáticos da Universidade Cândido Mendes, criado em 1973, um dos poucos do gênero mantido em uma instituição privada no país. E não só, pois, em vista do crescimento das demandas curriculares e acadêmicas em relação aos estudos africanos e étnico-raciais das universidades públicas nos últimos vinte anos, verifica-se a proliferação de espaços semelhantes por diversas instituições. Só para dar alguns exemplos, citamos o Centro de Estudos Africanos da UFMG, o Núcleo de Estudos Africanos (NEAF) da UFF, e o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) da UFPR.

A expansão da investigação historiográfica africana no Brasil, mediante a Lei 10.639, resultou, outrossim, na criação do Grupo de Trabalho de História da África dentro da Associação Nacional de História (Anpuh). Durante a assembleia do GT, ocorrida no XXVII Simpósio Nacional de História da Anpuh, realizado em julho de 2013 na cidade de Natal/RN, deu-se início às tratativas pela organização da Associação Brasileira de Estudos Africanos (Abe-África), constituída em 19 de setembro de 2014 dentro do III Encontro Internacional de Estudos Africanos, sediado pela UFF, em Niterói/RJ.

Ainda como efeito direto da Lei 10.639, associado com uma série de políticas públicas afirmativas instituídas pelo Estado brasileiro nos governos dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), deu-se a criação da Universidade da Integração Internacional da

Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), pela Lei 12.289, de 20 de julho de 2010.

Aberta oficialmente em 2011, a Unilab conta com uma estrutura multicampi nas cidades de Redenção e Aracape, no estado do Ceará, e em São Francisco do Conde, na Bahia, e para além de promover o desenvolvimento regional das cidades onde está presente, visa também promover o intercâmbio cultural, científico e educacional entre o Brasil e os demais membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), em especial os países africanos, acolhendo estudantes e investigadores da África.

Como se vê, o avanço dos estudos africanos no Brasil e a mudança na estrutura das universidades brasileiras, em especial no que diz respeito aos cursos de História após a promulgação da Lei 10.639, é notório. Porém, vale frisar que ainda é um processo inconcluso, suscetível às intempéries das políticas públicas afirmativas estatais, o que exige constante observação por parte da sociedade civil organizada, bem como da sociedade acadêmica brasileira, não só a fim de evitar retrocessos, mas também a sua estagnação.

Referências

FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras**: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). 2. ed. São Paulo: Unesp, 2014.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes**: formação do Brasil no Atlântico Sul (séculos XVI e XVII). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VERGER, Pierre. **Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos, dos séculos XVII a XIX**. São Paulo: Corrupio, 1987.

HOBSBAWM, Eric. **A era dos Impérios, 1875-1914**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SCHICKMANN, Mariana. A trajetória dos estudos africanos no Brasil: 1930-1980. **Temporalidades**, v. 8, n. 1, jan./maio 2016, p. 417-443. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/5691/3624>. Acesso em: 09 nov. 2021.

Ver mais a respeito sobre a história do ensino sobre a África no Brasil em PEREIRA, Luena Nascimento Nunes. O ensino e a pesquisa sobre a África no Brasil e a Lei 10.639". **Revista África e Africanidades**, v. 3, n.1, p. 1-17, nov. 2010. Disponível em: https://africaeaficanidades.online/documentos/0111_2010_16.pdf. Acessado em: 09 nov. 2021.

Destaque para outras obras do historiador Alberto da Costa e Silva: A enxada e a lança: a África antes dos portugueses (1992); A manilha e o libambo: a África e a escravidão, de 1500 a 1700 (2002); e Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África (2003).



CRÉDITO: JEAN BAPTISTE DEBRET, "ESCRAVAS DE DIFERENTES NAÇÕES" CERCA DE 1830.

VOCÊ SABE O QUE É RACISMO RECREATIVO OU HUMOR RACISTA?

CLAUDEMIRA VIEIRA GUSMÃO LOPES
BIÓLOGA, DOCENTE DA LECAMPO/UFPR

Desde que entrei na Educação do Campo venho refletindo com os estudantes e colegas professores sobre a temática do racismo, do preconceito e da discriminação. Tenho falado sobre racismo, racismo estrutural, racismo institucional, racismo ambiental e outros. Neste texto busco refletir sobre outro tipo de racismo, o racismo recreativo. Você já ouviu falar em racismo recreativo? Para entendê-lo é preciso relembrar o conceito de racismo.

Racismo é uma forma sistemática de discriminação fundamentada na raça e que se manifesta por meio de várias práticas, conscientes ou não, que promovem desvantagens para uns ou privilégios para outros, de acordo com o grupo racial dos envolvidos. Vale ressaltar que embora para a Biologia só exista a raça humana, o conceito de raça foi criado no campo da Sociologia para combater e desconstruir a narrativa do racismo e promover práticas antirracistas. O Brasil é conhecido em vários países pela democracia racial, mas isso é um mito. Esse mito da democracia racial brasileira foi difundido durante muitas décadas por intelectuais e políticos porque não era do interesse desses grupos de privilegiados brancos desconstruir uma narrativa que lhes traziam uma série de vantagens.

O racismo tem se perpetuado na sociedade brasileira de muitas formas e uma delas é por meio do racismo recreativo. Esse termo foi criado pelo Professor Adilson José Moreira, Doutor pela Universidade de Harvard em Direito Antidiscriminatório. Em 2020, ele publicou o livro *Racismo Recreativo*, no qual aprofundou esse tema.



Segundo Adilson Moreira, uma política ou contexto cultural que se utiliza do humor para demonstrar aversão a determinadas minorias raciais pode ser conceituada como racismo recreativo. Uma nação como a brasileira, fundada no colonialismo e na desigualdade, é um terreno fértil para esse tipo de racismo, principalmente pelo fato de por muito tempo ter vivido sob o mito da cordialidade e da democracia racial.

O racismo recreativo é um excelente instrumento para reproduzir estereótipos e estigmas sociais que servem para legitimar a narrativa da inferioridade e subalternização do povo negro, bem como justificar a imensa desigualdade social que existe entre a população branca e negra no Brasil.

Para entender o racismo recreativo, precisamos compreender o conceito de humor. O humor, o ato de rir de situações engraçadas, é, segundo os psicólogos sociais, algo importante na vida das pessoas. Precisamos ter momentos de alegria em nossa vida para que haja produção de endorfinas em nosso corpo, substâncias capazes de trazer felicidade e bem-estar. Esse humor, normalmente em forma de piadas, pode resultar de um ato ou mensagem que tenha um caráter jocoso, inesperado ou estranho, verbalizadas ou expressas por gestos de forma visual. São ações capazes de produzir uma reação emocional em quem assiste na forma risos ou gargalhadas (MOREIRA, 2020). Trata-se de uma prática social e cultural muito difundida em nossa sociedade.



Entretanto, há um tipo de humor no qual se compara um grupo ou minoria racial com outro de forma depreciativa. As risadas são obtidas a partir de situações de violência contra determinados grupos sociais. Tem sido muito usado para afirmar a superioridade, por exemplo, do grupo de pessoas brancas sobre pessoas negras, indígenas, asiáticas e outros que o grupo privilegiado considera como inferior. É o chamado humor racista, que se tornou uma prática social no Brasil.

O problema é que essa prática social tem servido de instrumento para perpetuar o racismo na mídia, na escola e no meio social de forma geral. As piadas racistas têm especificidades: por um lado, passam uma ideia de que pessoas de determinado grupo portam defeitos morais, o que as tornam alvos de ridicularizações; por outro lado, normalmente reproduzem ideias negativas sobre indivíduos de grupos considerados minoritários.

Para exemplificar o racismo recreativo, relembro alguns personagens dos programas humorísticos que ridicularizam pessoas negras. Quem não se lembra do personagem **Mussum** de Os Trapalhões? Ou de **Tião Macalé**, o feio? O Tião era o personagem de um programa de humor muito popular décadas atrás na TV brasileira, interpretado por um ator negro que era desdentado. As pessoas riam da sua feiura e da sua incapacidade de ver que não poderia ser um

parceiro sexual de uma mulher branca bonita. Já o personagem do Mussum fazia as pessoas rirem porque passava a ideia do negro malandro, que gostava de cachaça, estando sempre embriagado. Observa-se aqui uma associação entre negritude e malandragem, uma forma de demonstrar a superioridade do homem branco sobre o negro, pois o branco estava sempre sóbrio. Há outros personagens que poderiam ser citados, como **Adelaide, a desvairada, Vera Verão, a bicha preta**, e por aí vai.

Um fato bem interessante para se refletir aqui é que toda vez que o povo negro reclama desse tipo de humor, o humorista alega estar sendo censurado e usa a justificativa da liberdade de expressão para justificar seu humor racista. Porém, esse tipo de humor precisa ser censurado pelo fato de ser um discurso de ódio, por passar mensagens que desprezam as pessoas. Para o professor Adilson Moreira, o nosso sistema judiciário não tem levado em consideração a natureza nociva do racismo recreativo, principalmente porque a grande maioria dos juízes e juízas é pessoa branca que foi educada na perspectiva da democracia racial.

O professor Moreira, em entrevista à Carta Capital (TARDELLI, 2018), justifica que muitas vezes os juízes de varas criminais têm exigido a comprovação do dolo específico quando o crime cometido é o de injúria racial, não reconhecendo ainda a prática cultural do racismo recreativo. Entretanto, há progressos na justiça do trabalho na medida em que os juízes estão considerando como assédio moral as piadas de cunho racista contadas em ambiente de trabalho, o que já é uma vitória para o movimento negro.

Para saber mais sobre esse assunto, leia:

MOREIRA, Adilson. O humor racista é um tipo de discurso de ódio. Entrevista concedida a Brenno Tardelli. Carta Capital, 2018. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/justica/adilson-moreira-o-humor-racista-e-um-tipo-de-discurso-de-odio/>. Acesso em: 15 nov. 2021.

MOREIRA, A. J. Racismo recreativo. São Paulo: Sueli Carneiro: Editora Jandaíra, 2020.

INTENCIONALIDADE, SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO NOTAS SOBRE O “DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL”, HOJE

MARCELO VARELLA

GESTOR AMBIENTAL E EDUCADOR
LECAMPO/UFPR

A ciência não é a única linguagem capaz de interpretar a realidade. Por vezes, a arte, a partir, por exemplo, do uso de imagens, consegue nos dizer mais sobre o que vivemos do que todas as palavras de uma tese ou de um artigo científico. Isto porque a realidade não é apenas cognoscível, mas, também, sensível, experimentável, vivível – e, em suma, viver é, muitas vezes, indescritível. E talvez só se possa compreender a realidade assim mesmo: vivendo-a.

A charge de Oren Ginzburg (que, em boa verdade, parece mais uma história em quadrinhos), que ilustra e orienta essa rápida reflexão sobre a conservação da natureza em países do “terceiro mundo” (para adotar uma nomenclatura outrora adotada por Milton Santos), talvez seja um desses exemplos em que as palavras são quase prescindíveis frente a tudo que se expressa ali, naqueles traços irônicos e carregados de sentido concreto, de realidade material, de experiência de vida. Sem tradução para o português (o que não nos impede de apreciá-lo), o curto conto “There you go!” **apresenta a chegada de agentes externos (empresários do “desenvolvimento sustentável”) a uma comunidade tradicional** – nesse local, os empresários se frustram ao perceber que não poderiam negociar nada, pois todas as tecnologias e estratégias “sustentáveis” já existiam, de certa forma, na comunidade. Diante desse cenário, os “empresários verdes” mudam de postura e passam a “desenvolver” a comunidade – iniciam reunindo a comunidade para dar palestras



There you go! by Oren Ginzburg

CONFIRA A VERSÃO COMPLETA EM
[HTTP://ASSETS.SURVIVALINTERNATIONAL.ORG/DOCUMENTS/
470/THERE YOU GO.PDF](http://assets.survivalinternational.org/documents/470/there_you_go.pdf)

participativas (espécies de audiências públicas) e terminam com processos de privatização.

Tanto na charge quanto na vida real, vale ressaltar: a privatização ou alienação do território tradicionalmente ocupado por uma comunidade leva a uma sequência de des-envolvimentos que são trágicos. A charge demonstra como esse processo faz com que comunidades tradicionais deixem de se envolver com os seus recursos naturais ancestralmente utilizados, como também deixam de se envolver com locais importantes à comunidade (como cemitérios e áreas de lazer). Oren Ginzburg denuncia, ali, como o desenvolvimento sustentável chega às comunidades tradicionais da África: muitas vezes, carregado desse sentido de “des-envolver”, mesmo, retirando o envolvimento dos comunitários com o seu território. Parece que o capitalismo globalizado leva às comunidades tradicionais esse discurso do “desenvolvimento sustentável” como estratégia de dominação territorial, tendo como efeito a perda do controle, do poder sobre o território pelas comunidades, que deixam de se autodeterminar e passam a ser ordenadas por agentes externos.

Nesta linha de pensamento, a charge nos alerta para o fato de que não se pode simplesmente aceitar que enunciados técnicos, metodologias participativas de reuniões propostas por pesquisadores e apresentações de slides feitas por pessoas bem trajadas sejam postos como verdades eternas, imutáveis e universais em nossos territórios. Cada lugar carrega sua história e especificidade, e em se tratando de comunidades tradicionais, estamos diante de sujeitos que resistem a gerações à homogeneização capitalista, fazendo de suas memórias e suas práticas sociais instrumentos de resistência à mercantilização da vida. Essa verdadeira “arte da existência” (como nos diz Foucault) aponta, concretamente, para traços de **identidades étnicas que são patrimônio cultural do Brasil – por isso, apagá-las em prol do “desenvolvimento sustentável” é um ato de violência extrema, equivalente a um etnocídio moderno, ideologicamente pintado de verde.**

Diferentes autores alertaram sobre as implicações de se incorporar propostas prontas de países ricos do “primeiro mundo” aos de “terceiro mundo” – como, por exemplo, Florestan Fernandes e os demais teóricos que trabalharam sobre as Teorias da dependência, ou Aníbal Quijano, que em sua criativa leitura sobre “Dom Quixote e os moinhos de vento” apontou preceitos basilares para uma leitura decolonial da realidade da América Latina. Este e outros pensadores nos ajudariam a pensar a realidade brasileira, com certeza. Por ora, **fico aqui com Milton Santos** para tratar de um conceito muito importante às Ciências Sociais e que nos ajuda a refletir sobre as teorias da ação social: trata-se da **ideia de “intencionalidade”**.

Para o geógrafo, **toda ação humana é carregada de intencionalidade** – ou seja, mais que o discurso, importa saber qual é a intenção que está por trás de uma fala, uma vez que é esta quem move a ação, e não as palavras. O discurso é apenas um embrulho, um artifício falado e utilizado por alguém para justificar uma ação. Daí, podemos (devemos!) nos perguntar sobre algumas propostas específicas de desenvolvimento sustentável que têm atingido o Litoral do Paraná e o Vale do Ribeira nos últimos 30 anos, pelo menos: **por que alguém proporia retirar o controle do território de uma comunidade**

tradicional? Que intenções tem alguém quando, por diferentes motivos, justifica que uma comunidade (quilombola, de pescadoras(es) artesanais, de caiçaras, indígenas...) que vive a gerações em um lugar não o poderá mais fazer?

O discurso do “desenvolvimento sustentável”, operado por empresas e algumas ONGs, universidades e agentes públicos que têm **fomentado a desterritorialização de comunidades tradicionais no Vale do Ribeira e no Litoral do Paraná.** Na Educação do Campo, escutamos relatos de caiçaras e pescadores(as) artesanais que viram seus territórios serem intrusados por Unidades de Conservação de Proteção Integral (pelo Parque Estadual da Juréia e pelo Parque Nacional de Superagui, respectivamente) e, por isso, acabaram tendo seus modos de vida criminalizados. Mais recentemente, em São Paulo, o Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira iniciou um processo de privatização que afetará ainda mais a já escassa autonomia de algumas comunidades do campo e quilombolas da região.

Estas anotações tiveram pelo menos dois objetivos: primeiro, provocar reflexões sobre a conjuntura da questão agrária atual para os povos do campo, das águas e das florestas, global e localmente. Na medida em que aproximamos uma charge que retrata a realidade vivida por “povos tribais” na África e aquela experimentada por comunidades tradicionais e do campo no Brasil, notamos elementos de uma realidade única, vivida por todos “trabalhadores(as) rurais” – o capitalismo. Em segundo lugar, estas linhas demarcam um posicionamento político e ético frente ao que está acontecendo com as comunidades tradicionais do Vale do Ribeira e do Litoral do Paraná. Reafirmamos, ainda, nosso posicionamento a favor da Reforma Agrária Popular, ao mesmo tempo que repudiamos esta grave situação de desrespeito à Convenção 169 da OIT. Por fim, prestamos solidariedade aos que estão r-existindo às medidas impositivas que afetam seus territórios tradicionalmente ocupados. Como dizem nos movimentos indígenas:

TERRA, JUSTIÇA E DEMARCAÇÃO!



CRÉDITO: REPRODUÇÃO/JUNIOR REIS

A FALÁCIA DO MARCO TEMPORAL E A PERVERSÃO DOS DIREITOS INDÍGENAS NO BRASIL

ANA ELISA DE CASTRO FREITAS

DOCENTE NA UFPR. SETOR LITORAL.
TUTORA DO GRUPO PET LITORAL
INDÍGENA.

EDUARDO HARDER

DOCENTE NA UFPR, SETOR LITORAL,
LABORATÓRIO DE INTERCULTURALIDADE E
DIVERSIDADE

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 é a certidão de nascimento do Estado Democrático de Direito em nosso país.

O ideal democrático na expressão não surge à toa. A noção de Estado de Direito constitui um dos pilares do liberalismo e é uma conquista dos processos revolucionários do século XVIII, ao instituir que o poder público deverá observar e respeitar as leis que emanam do povo.

E o que se pode entender por “democrático”? Além de respeitar as regras do jogo social, o Estado tem

um papel fundamental na efetivação da justiça, devendo garantir a ampla participação popular nas tarefas de erradicação das desigualdades, proteção e promoção dos bens comuns, do meio ambiente e da vida, consolidando sociedades pautadas pela equidade e pela paz.

Com esse horizonte, o texto constitucional de 1988 resulta de um grande pacto social, cuja construção envolveu ativamente movimentos sociais e uma diversidade de sujeitos, individuais e coletivos, dentre eles os povos indígenas, nas intensas agendas da Assembleia Nacional Constituinte. O pacto social instituído pela Constituição de 1988 busca reparar uma história pregressa de violência, injustiça e segregação, comprometendo-se, desde os artigos que integram seus “Princípios Fundamentais”, com a reparação e reversão das desigualdades.



FALA DE AILTON KRENAK NA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE

FONTE: TRAILER DO FILME ÍNDIO CIDADÃO? APUD JAENISCH (2017, P. 215).

IMAGEM RETIRADA DO ARTIGO POÉTICAS E POLÍTICAS DA RELAÇÃO: APONTAMENTOS A PARTIR DA AÇÃO DE AILTON KRENAK NA ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE E SEU DESLOCAMENTO PARA ESPAÇOS DE ARTE CONTEMPORÂNEA DE DAMIANA BREGALDA JAENISCH

É memorável a imagem de Ailton Krenak, jovem e altivo, trajando terno e gravata e pintando o rosto com jenipapo na tribuna constitucional. Nesse gesto, Krenak immortalizou a imagem radical da alteridade indígena, afirmou a diferença presente no território nacional e assinalou sua posição crítica às tentativas de redução dos direitos indígenas no texto constitucional.

Pela primeira vez na violenta história colonial e civilizatória brasileira, os direitos dos povos indígenas mereceram um capítulo constitucional – o Capítulo VIII, Dos Índios – que integra os artigos 231 e 232. A leitura atenta e a compreensão desses artigos são muito importantes. Ademais, eles devem ser lidos em conjunto com outros, igualmente importantes para a compreensão do horizonte consuetudinário dos direitos indígenas no Brasil.

Os direitos indígenas são considerados originários (art. 231), isto é, antecedem a existência do próprio Estado, inclusive dos próprios pactos constitucionais. Cumpre ao poder público reconhecê-los e efetivá-los, em respeito ao Estado Democrático de Direito.

O *marco temporal* é uma tese que tem sua origem na generalização de 19 condicionantes apontadas no julgamento da demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em 2009, pelo Supremo Tribunal Federal. Na sequência, a Advocacia Geral da União – por meio de ato administrativo de orientação jurídica – buscou generalizar essa tese, mesmo sem respaldo constitucional. Tudo sob pressão de poderosos segmentos econômicos.

O cerne da tese do marco temporal reduz o alcance dos direitos territoriais dos povos indígenas, pois *perverte e distorce* maliciosamente o entendimento do que sejam terras tradicionalmente ocupadas, limitando o horizonte de efetivação do artigo 231 da Constituição de 1988, que afirma os direitos à terra como originários aos povos indígenas.

Em síntese, a tese do marco temporal estabelece que para a demarcação das terras indígenas, os povos interessados devem comprovar que as ocupavam – ou as reivindicavam na Justiça Federal – na data da promulgação da Constituição de 1988 (5 de outubro).

**Perverter = verbo transitivo direto:
efetuar alteração, mudar**

A perversidade desta tese reside justamente na premissa de que os povos indígenas estivessem ocupando terras que lhes foram expropriadas e esbulhadas no decurso do violento processo colonial, especialmente no período posterior à Lei de Terras de 1850, que institui a propriedade privada no Brasil. Ora, o pacto social constitucional veio justamente reparar a desigualdade abissal provocada pela colonização e aprofundada na globalização do capitalismo que, no Brasil, se expressa no cultivo e comercialização de *commodities*, em extensas áreas monoculturais e mineração em territórios originários dos povos, mas historicamente expropriados. Em outras palavras: como poderiam estar os índios em suas terras em 5 de outubro de 1988, justamente quando o pacto social de reparação da injustiça social era promulgado?

Entre agosto e setembro de 2021, mais de 6 mil indígenas estiveram acampados em Brasília, em frente ao Supremo Tribunal Federal, acompanhando a votação da tese do marco temporal. O tema ressurgiu no contexto de sua aplicação pelo órgão ambiental de Santa Catarina contra o povo indígena Laklaño/Xokleng. Atualmente, o julgamento do marco temporal está suspenso, com um voto do relator, ministro Edson Fachin, que desconstrói a tese do marco temporal sinalizando posição contrária. O estudo desse voto, disponível, é importante para o entendimento do assunto.

Mas o mais importante, logicamente, é a intensa mobilização da sociedade brasileira contra a tese do marco temporal, que perverte falaciosamente os direitos fundamentais dos povos indígenas no Brasil. Afinal, a ruptura do pacto social com os povos indígenas implica, por extensão, na ruptura de todo o pacto que instituiu o Estado Democrático de Direito no Brasil.

Falácia = enunciado ou raciocínio falso que simula a veracidade.

Referências

CUNHA, Manuela Carneiro da; BARBOSA, Samuel (Org.). **Direitos dos Povos Indígenas em disputa**. São Paulo: Unesp, 2018.

FACHIN, Edson. Voto. Brasília: STF. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/fachin-indios1.pdf>

JAENISCH, Damiana Bregalda. Poéticas e Políticas da Relação: apontamentos a partir da ação de Ailton Krenak na Assembleia Constituinte e seu deslocamento para espaços de arte contemporânea. **Iluminuras**, Porto Alegre, v. 18, n. 43, p. 215-239, jan./jul., 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/iluminuras/article/view/72884>



CRÉDITO: REPRODUÇÃO/JUNIOR REIS

PAULO FREIRE: 100 ANOS PRESENTE!

ELISIANI VITÓRIA TIEPOLO

DIRETORA DA UFPR LITORAL E DOCENTE DA
LICENCIATURA EM LINGUAGEM E
COMUNICAÇÃO.

“

Criar o que não existe ainda deve ser a
pretensão de todo sujeito que está vivo.

Paulo Freire

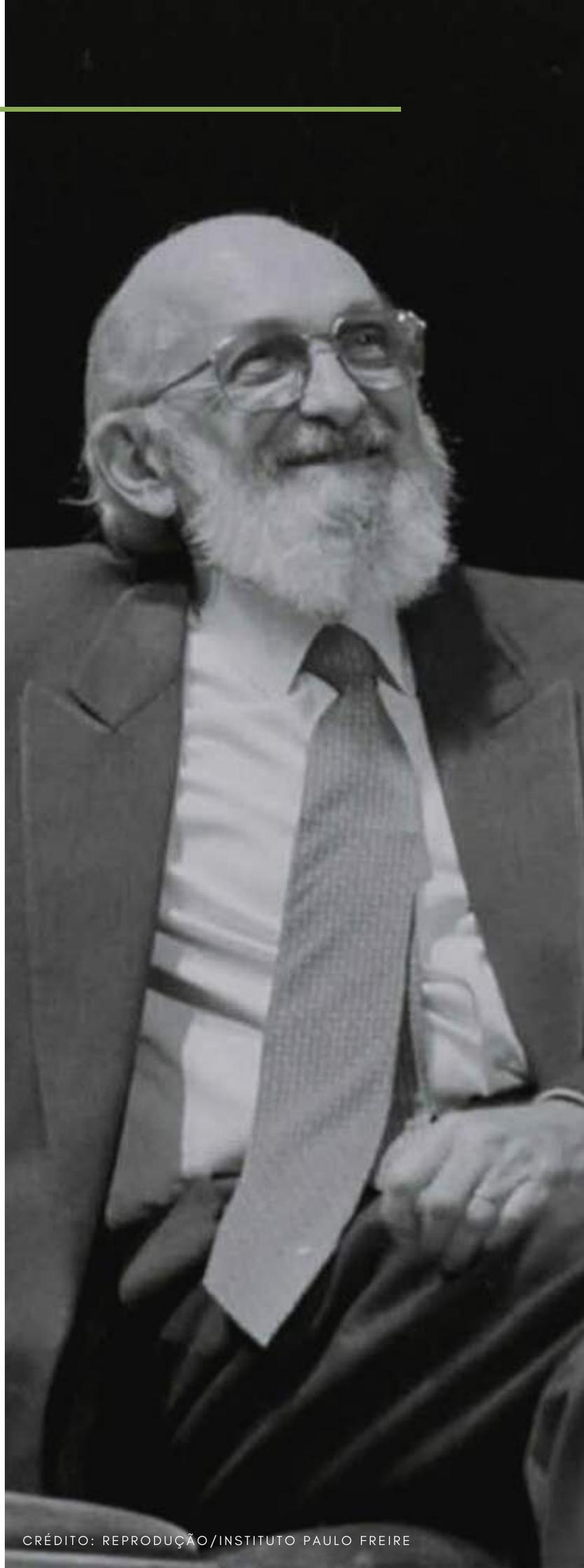
”

Em 19 de setembro de 1921 nascia, em Recife (PE), um dos maiores educadores brasileiros e mundiais: Paulo Freire. Ele faleceu em 2 de maio de 1997, em São Paulo (SP), mas sua obra-vida-testemunho a cada dia se torna mais essencial em um mundo onde a vida sofre ataques profundos vindos pelas políticas neoliberais de destruição que visam apenas ao lucro de alguns.

E nesses tempos de pandemia da Covid-19 e de pandemônio instalados com o bolsonarismo, talvez a principal palavra criada por Freire seja o neologismo “esperançar”.

Esperança, originalmente, é um substantivo. O substantivo é uma classe gramatical que indica palavras que nomeiam seres animados, como pessoas e animais, e inanimados, como objetos, lugares, estados, ações, qualidades. Nesse sentido, esperança é o substantivo feminino que indica o ato de esperar alguma coisa, de confiar, de ter expectativa de que algo vai acontecer.

Quando Freire coloca essa palavra na classe gramatical dos verbos, esperançar, ele atribui a ela outro sentido, pois os verbos são palavras que indicam ações, estados, processos ou fenômenos, ou seja, que indicam acontecimentos representados no tempo.



Verbos são conjugáveis, necessitam de pronomes: eu, tu, ele, nós. Por isso, como verbo, eu espero, nós esperamos, vocês esperam, ou seja, precisamos fazer acontecer, nos colocamos como sujeitos da ação de esperar para concretizar o que queremos mudar.

Paulo Freire fez da sua vida um verdadeiro esperar, uma ação-reflexão-ação no mundo. Foi uma vida marcada pela perseguição política e pelos ataques dos conservadores. No golpe civil-militar de 1964, o educador foi acusado pelos militares, pressionados por parcela conservadora da sociedade, de subversão, e preso durante 72 dias, partindo depois para o exílio por 16 anos. Em seu exílio, Freire ainda passou pelo Chile, pelos Estados Unidos, alguns países africanos, Suíça. Voltou apenas em 1980, depois de 16 anos, para como ele mesmo disse, “reaprender o Brasil”.

Mas, até hoje, a mesma parcela conservadora tenta atacá-lo, inclusive propondo retirar dele o título de Patrono da Educação Brasileira, concedido em lei sancionada pela presidenta Dilma Rousseff em 13 de abril de 2012. Esse movimento ganhou força em 2015, com o avanço da chamada Escola Sem Partido, colada ao Movimento Brasil Livre (MBL), que trazia como uma de suas bandeiras “Basta de Paulo Freire”, como se estivéssemos em um país que em algum momento dera atenção à obra de Freire e ele estivesse presente nas propostas de todas as escolas brasileiras.

Ora, se assim fosse, certamente não teríamos na presidência uma expressão máxima do analfabetismo político do qual resulta a educação bancária desvelada e denunciada por Freire. Uma de suas frases mais conhecidas sintetiza essa ideia: “Não basta saber ler mecanicamente que ‘Eva viu a uva’. É preciso compreender qual a posição que Eva ocupa no seu contexto social, quem trabalha para produzir a uva e quem lucra com esse trabalho” (FREIRE, 2014, p. 75).

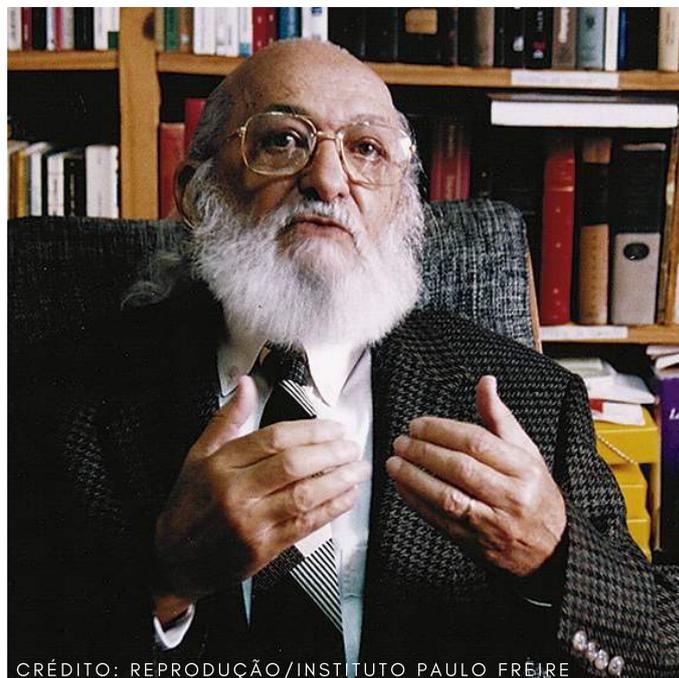
A vida-obra de Freire continua denunciando o projeto de manter os(as) oprimidos(as) como oprimidos e mais: de fazê-los introjetar o opressor por meio de processos de alienação que passam também pela escola. Por isso, é preciso expulsar Paulo Freire das escolas, para que o chamado Novo

Ensino Médio (NEM), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a entrada massiva da EaD possam fazer acontecer o projeto de educação que vai ao encontro da formação dos oprimidos a se manterem subservientes ao avanço do capital sobre seus corpos, mentes, desejos.

Por outro lado, o reconhecimento da obra de Paulo Freire é internacional: ele é o intelectual brasileiro mais lido no mundo, traduzido para 35 países, sendo que somente seu livro *Pedagogia do Oprimido* foi traduzido para cerca de 20 idiomas e é o terceiro mais citado em trabalhos acadêmicos na área de humanidades em todo o mundo.

Freire é estudado em universidades americanas, é referência na educação da tão citada Finlândia, onde conta, desde 2007, com um espaço dedicado para discutir sua obra; há centros de estudos semelhantes, todos batizados com o nome do brasileiro, na África do Sul, na Áustria, na Alemanha, na Holanda, em Portugal, na Inglaterra, nos Estados Unidos e no Canadá. Há instituições de ensino que seguem a metodologia de Freire em diversos países. É o caso da Revere High School, escola em Massachusetts, que em 2014 foi avaliada como a melhor instituição pública de Ensino Médio nos Estados Unidos.

No Brasil também há resistências freireanas. Uma delas está no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que se faz forte e necessário em



CRÉDITO: REPRODUÇÃO/INSTITUTO PAULO FREIRE

um país onde, de acordo com o último Censo Agropecuário 2017, cerca de apenas 1% dos proprietários de terra controlam quase 50% da área rural do país.

Por outro lado, os estabelecimentos com áreas menores a 10 hectares (cada hectare equivale a um campo de futebol) representam metade das propriedades rurais, mas controlam apenas 2% da área total (IBGE, 2019). Essa absurda concentração de terras, iniciada com o processo de colonização, no século 16, vem combinada com a monocultura para exportação e a escravidão, e estabeleceu as raízes da nossa desigualdade social. Porém, esses cinco séculos de latifúndio também foram de resistência camponesa. Paulo Freire afirma que a educação é uma das portas de luta contra esse absurdo:

“

Eu nunca me esqueço de uma frase linda de um educador, alfabetizador, um camponês sem terra, de um assentamento enorme no Rio Grande do Sul, onde eu fui: um dia, pela força de nosso trabalho e de nossa luta, cortamos os arames farpados do latifúndio e entramos nele, mas quando nele chegamos, descobrimos que existem outros arames farpados, como o arame da nossa ignorância, e então ali eu percebi, melhor ainda naquele dia, que quanto mais ignorante, quanto mais inocentes diante do mundo, tanto melhor para os donos do mundo, e quanto mais sabido, no sentido de conhecer, tanto mais medrosos ficarão os donos do mundo. Então eu acho que isto não é uma tarefa só política, que não é só ideológica, e que sendo política e ideológica, é, sobretudo, pedagógica. (FREIRE, 2004, p. 235)

”

Em abril de 1997, ano de seu falecimento, Freire concedeu entrevista anunciando seu esperar frente às mobilizações desencadeadas pelos movimentos sociais, em especial, pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra:

“

Eu estou feliz por estar vivo ainda e ter acompanhado essa marcha, como outras marchas históricas, revela o ímpeto da vontade amorosa para o mundo essa marcha chama Sem Terra. Eu morria feliz se eu visse o Brasil em seu tempo histórico cheios de marchas. [...] Os Sem Terra constituem pra mim hoje uma das expressões mais fortes da vida política e da vida cívica deste país. Por isso mesmo é que se fala contra eles e até de gente que se pensou progressista. (TVPUC, 1997).

”

Freire viveu e morreu no século 20 e não pôde ver concretizado seu sonho de viver em uma sociedade justa e solidária, nem presenciar a Reforma Agrária Popular. E, no século 21, ele estaria vivenciando os retrocessos políticos trazidos desde o impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, quando as políticas neoliberais passaram a se sobrepor às demandas dos movimentos sociais no governo de Michel Temer (2016-2018), e cujas tintas foram carregadas depois da eleição de Jair Bolsonaro, em 2018. A partir de 2021, a pandemia da Covid-19 amplificou todos os desafios já enfrentados com o avanço do negacionismo, das fake news, da precarização das novas formas de exploração do trabalhador(a) pelo trabalho remoto, do desemprego, do avanço da fome e da destruição das políticas sociais. São tempos, como descreve Walter Benjamin, para o “estado de exceção”:

“

[...] a tradição dos oprimidos nos ensina que o “estado de exceção” em que vivemos é, na verdade, a regra geral. Precisamos construir um conceito de história que corresponda a essa verdade. Nesse momento, perceberemos que nossa tarefa é originar um verdadeiro estado de exceção; com isso, nossa posição ficará mais forte na luta contra o fascismo. Este se beneficia da circunstância de que seus adversários o enfrentam em nome do progresso, considerando como uma norma histórica. O assombro com o fato de que os episódios que vivemos no século XX “ainda” sejam possíveis, não é um assombro filosófico. Ele não gera nenhum conhecimento, a não ser o conhecimento de que a concepção de história da qual emana semelhante assombro é insustentável (BENJAMIN, 1983, p. 226).

”

Por isso, mais do que nunca Paulo Freire vive, precisa se fazer presente nesse momento em que mais fortes devemos nos manter na luta contra o avanço dos opressores sobre os oprimidos e nos coloquemos a esperar.

Referências

AGÊNCIA BRASIL, 2016. Menos de 1% das propriedades agrícolas detém quase metade da área rural no país. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-11/menos-de-1-das-propriedades-agricolas-detem-quase-metade-da-area-rural>. Acesso em: 12 nov. 2019.

BENJAMIN, Walter. Magia e Técnica, Arte e Política. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

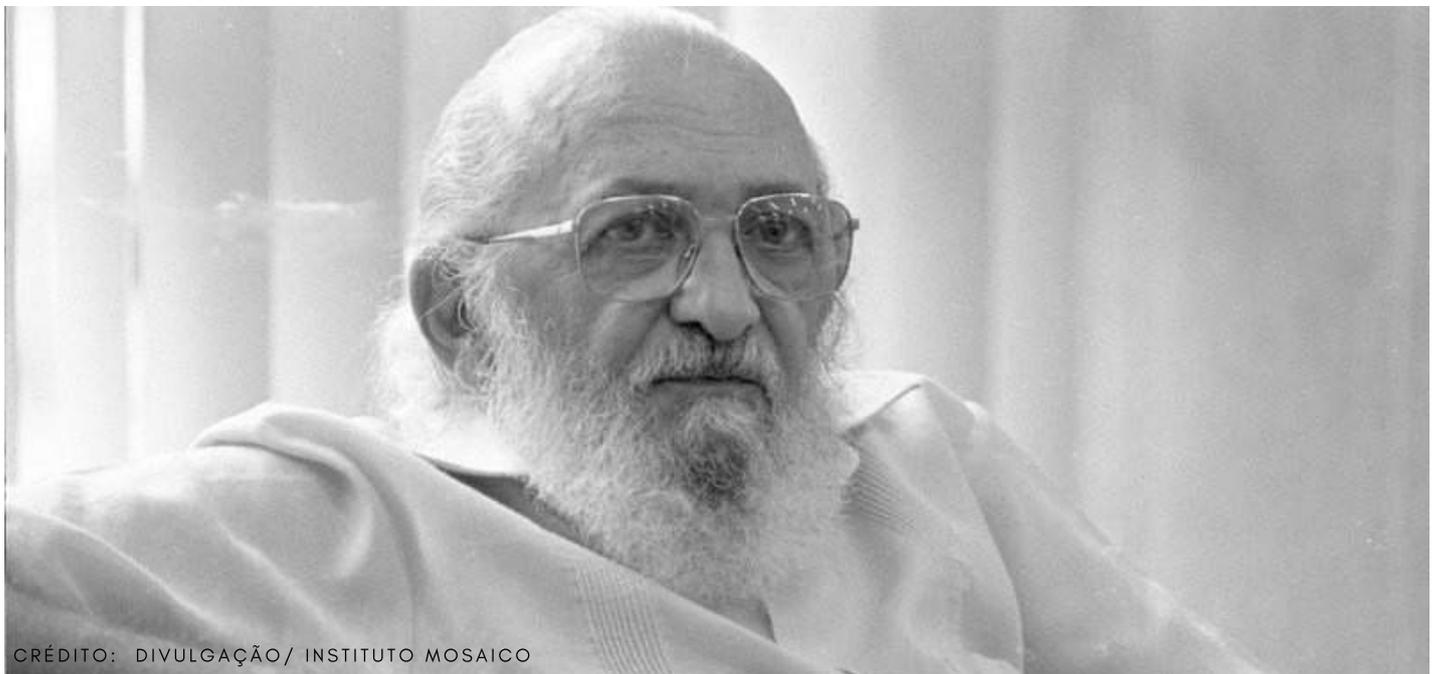
CALDART, R. S. et al. (Orgs.). Pedagogia do movimento sem-terra. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular. 2004.

FREIRE, P. Entrevista, 1997.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MZOtP-7Ezbw> Acesso em 15 dez. 2017

FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. 58. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

IBGE. Censo Agropecuário 2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/>. Acesso em: 06 ago. 2017.



CRÉDITO: DIVULGAÇÃO/ INSTITUTO MOSAICO



VALORIZAÇÃO DA CULTURA CAIÇARA

CLEITON DO PRADO

CAIÇARA
MESTRE DE CULTURA POPULAR E LUTHIERIA.
EDUCADOR POPULAR E ACADÊMICO DO CURSO
DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO -
CIÊNCIAS DA NATUREZA.

ALLAN ALVES CARNEIRO

CAIÇARA
LIDERANÇA JOVEM DA COMUNIDADE
PESQUISADOR DE CONHECIMENTO EMPÍRICO
ACADÊMICO DO CURSO DE
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO -
CIÊNCIAS DA NATUREZA.

Como a cultura caiçara pode ser valorizada se o próprio governo nos chama de invasores? Como há a valorização dos saberes tradicionais se o governo nos proíbe de fazer nossas roças, nossas canoas e nossas violas? Como a cultura caiçara é valorizada se, para o caiçara ter voz, ele tem que sair da sua comunidade para lutar por ela?

A cultura caiçara há tempos vem se desenvolvendo a partir da mistura de conhecimentos ancestrais, do

escravizado africano, das etnias indígenas brasileiras e, por fim, do europeu invasor. Esses conhecimentos, também moldados às necessidades de cada comunidade, são repassados até hoje no cotidiano e na vivência da comunidade, justamente porque o melhor modo de repasse de conhecimento tradicional é o da prática e da oralidade. Falar em valorização de nossa cultura de certo modo seria um equívoco porque não existe valorização da cultura sem o reconhecimento do território e sem o respeito às tradições.

Existe sim, atualmente, uma busca incessante do nosso conhecimento pelos acadêmicos, para que esses conhecimentos sejam reconhecidos na academia apenas para o protagonismo de alguns nomes. As teses, documentos e outras pesquisas escritas em terceira pessoa muitas das vezes não condizem com a realidade e deturpam os fatos, até pelo modo de o pesquisador nos compreender e muitas vezes

quando lemos algum texto, podemos ver que a linguagem técnica não consegue transmitir com exatidão o que o caiçara expressa.

A valorização da cultura caiçara só é compreendida pelo próprio caiçara, porque esse sim mantém, detém e repassa o conhecimento e as tradições para as próximas gerações. Os dados adquiridos por meio de pesquisas só possuem valor quando um universitário ou um outro acadêmico o lê, porque os trabalhos são feitos de maneira que o caiçara ou qualquer outro tradicional não tenha acesso. E mesmo que tenha acesso, os termos técnicos utilizados tornam os textos incompreensíveis aos olhos de leigos. Dá-se razão quando se fala que a universidade é para poucos. Por isso, atualmente, por valorizarmos ainda mais a nossa cultura, sugerimos que o pesquisador, independente de seu interesse, respeite um protocolo de consulta que muitas comunidades já possuem e, quando não possuem, que use o de outra comunidade parceira, para que não aconteça de os conhecimentos tradicionais serem registrados e patenteados por pessoas promovendo interesses próprios.

Por necessidade, os tradicionais de hoje fazem um grande esforço para dividir seu tempo entre os afazeres da comunidade e a busca por formação, para que o resultado final de uma pesquisa sobre, para e com o caiçara, retorne à sua comunidade também para que a didática utilizada na formação

dos próximos seja de técnica, mas que não deixe de ser utilizada a oralidade e a prática.

Isso acontece tanto na parte da educação quanto na arte. Hoje em dia, o mestre/músico tende cada vez mais a sair de sua comunidade e participar de festivais externos para mostrar sua cultura e repassar o conhecimento a outros artistas e, com isso, também fazer a troca de saberes para voltar à sua comunidade com a bagagem necessária para ensinar seus aprendizes.

Atualmente, cada vez mais os fomentadores da cultura participam de editais e aprovam projetos que auxiliam na formação técnica para que o repasse dos conhecimentos seja feito da melhor forma. Porém, ainda necessitam do auxílio de pessoas com mais formação, pela complexidade com que esses editais são escritos e o padrão técnico exigido para a aprovação desses projetos, podendo assim se concluir que não se valoriza o conhecimento tradicional, e sim o currículo que é exigido do proponente.

Por isso, hoje buscamos formação para podermos questionar o sistema e valorizar a nossa cultura de maneira que ela não se padronize, mas que se mantenha a seu modo, em sua naturalidade e espontaneidade.





LIVRO DE PASSATEMPOS

CIENTISTAS NEGRAS: BRASILEIRAS Volume 2

Projeto de Extensão Universitária
"Meninas e Mulheres nas Ciências"

PROJETO DE EXTENSÃO "MENINAS E MULHERES NAS CIÊNCIAS"

CLAUDEMIRA VIEIRA GUSMÃO LOPES

BIÓLOGA, DOCENTE DA LECAMPO/UFPR

O projeto Meninas e Mulheres nas Ciências é coordenado pela professora Camila Silveira e conta com a colaboração de professoras e estudantes de vários setores da UFPR e se insere na temática da desigualdade de gênero no campo das Ciências. Tem como objetivo estimular a formação, inserção e manutenção científica, acadêmica e tecnológica de meninas e mulheres nas Ciências e qualificar docentes e estudantes para o trabalho comprometido com a superação das desigualdades de gênero.

Está fundamentado no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável de número 5 da Organização das Nações Unidas (ONU), que é "alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas" por meio da Agenda 2030. A metodologia do projeto está pautada na pesquisa participante, com o desenvolvimento de ações coletivas que integram

atividades de ensino, pesquisa e extensão, envolvendo equipe multidisciplinar (estudantes e docentes de graduação e pós-graduação) e parcerias com diferentes instituições escolares e não escolares. Serão realizadas reuniões semanais com as/os participantes do projeto para planejamento, execução e avaliação das atividades.

Para oportunizar o debate e a reflexão sobre a desigualdade de gênero e o racismo que as mulheres sofrem no campo das Ciências, uma das ações desde 2020 tem sido elaborar material didático lúdico, divulgando o trabalho de mulheres cientistas.

Em 20 de novembro foi lançado o volume II do livro Cientistas Negras que visa promover a educação e a divulgação científica antirracista e feminista a partir de atividades lúdicas sobre as pesquisas e os projetos desenvolvidos por cientistas negras

brasileiras, visibilizando e (re)conhecendo o trabalho dessas intelectuais.

O material aborda, ao menos, uma cientista de cada uma das nove grandes áreas das Ciências, a saber: Agrárias, Biológicas, Saúde, Humanas, Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes, Exatas e da Terra, Engenharias e multidisciplinar.

Os passatempos e os textos presentes na obra foram idealizados e produzidos pelas Professoras Doutoras da UFPR: Camila Silveira (Departamento de Química), Alessandra Souza Barbosa (Departamento de Física), Claudemira Vieira Gusmão Lopes (Setor Litoral); pela Doutoranda da Universidade Federal do Paraná Bruna Carmona Bonifácio (Departamento de Design); pela Doutoranda da Universidade de Araraquara Rauany Cristina Lopes Francisco (Departamento de Biotecnologia em Medicina Regenerativa e Química Medicinal); pela Doutora em Química Maria de Fátima Costa e pela estudante de graduação em Química Jaqueline de Lima Ramos. As ilustrações são de Mariana Provenzi, designer egressa do curso de Design da Universidade Federal do Paraná. A revisão dos textos é da Mestra em Estudos Literários Dalila Jora.

As experiências das mulheres retratadas no livro estão diretamente relacionadas às suas pesquisas. Todos os temas estudados por elas são de extrema importância para toda a sociedade, a saber: diversidade, diferença, democracia, resistências, existências, ausências na política, crítica à voz única, relações étnico-raciais, presenças nas universidades e nos espaços de trabalho, ancestralidades, estruturas sociais, constrangimentos e tensões. Também apresentam estratégias de mobilização e apontam caminhos para a prática de uma educação feminista e antirracista.

O volume II da Coleção Livro de Passatempos da série temática "Cientistas Negras Brasileiras", lançado em 20 de novembro de 2021, homenageia as seguintes cientistas: Gabriela Ramos Leal (Ciências Agrárias); Ana Lúcia Tourinho (Ciências Biológicas); Fran Demétrio (Ciências da Saúde); Megg Rayara, Marielle Franco e Djamila Ribeiro (Ciências Humanas); Haynará Negreiros (Ciências Sociais Aplicadas); Neide de Almeida (Linguística, Letras e Artes); Joana Angélica Guimarães e Eliza Maria Ferreira Veras da Silva (Ciências Exatas e da Terra); Luanda Morais (Engenharias) e Carol Barreto (Multidisciplinar).





Feira Municipal de produtos orgânicos da Agricultura familiar em Iporanga, SP. Foto: Acervo pessoal de Aline Moreira

EDUCAÇÃO DO CAMPO: ARTICULAÇÕES COM A SOBERANIA ALIMENTAR, SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E A AGROECOLOGIA

ALINE MOREIRA

ACADÊMICA DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - CIÊNCIAS DA NATUREZA
BOLSISTA PIBIS/UFPR FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA - PROGRAMA DE APOIO À INCLUSÃO SOCIAL, PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA 2021/2022

CLEIDE DIVINO

ACADÊMICA DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - CIÊNCIAS DA NATUREZA
BOLSISTA UFPR/TN INICIAÇÃO CIENTÍFICA

VIVIANE CAMEJO PEREIRA

DOCENTE DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - CIÊNCIAS DA NATUREZA.
COORDENAÇÃO DO PROJETO

GILSON WALMOR DAHMER

DOCENTE DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - CIÊNCIAS DA NATUREZA.

Introdução

Este texto parte da importância da Soberania Alimentar, Segurança Alimentar e Nutricional e a Agroecologia para a Educação do Campo. Essa importância se deve ao papel da Educação do Campo na articulação entre a materialidade da vida no campo e o processo educativo. Os sujeitos da Educação do Campo têm um papel fundamental na luta por uma educação que seja pautada nas demandas e especificidades dos territórios do campo, das águas e das florestas. Dentre essas especificidades está a apropriação da natureza para a produção de alimentos e para a reprodução social nos territórios.

A produção de alimentos faz parte do sistema agroalimentar como processo que envolve “desde o acesso à terra, à água e aos meios de produção, as formas de processamento, de abastecimento, de comercialização e de distribuição”, incluindo as escolhas e práticas alimentares individuais e coletivas, geração e destinação dos resíduos (BRASIL, 2012, p. 25).

O sistema agroalimentar vigente tem contribuído para a produção de enfermidades, “iniquidade social e injustiça ambiental” (ANTUNES, 2018, on-line), sendo assim, precisa ser transformado. Triches e Schneider (2014, p. 4) afirmam que “há uma hegemonia do sistema agroalimentar global que levou ao distanciamento entre quem produz e quem consome com drásticas consequências para ambos”.

Pensar uma agricultura sustentável é também encurtar essa distância. Isso permitiria que os alimentos pudessem chegar até as pessoas com maior qualidade e também com preço justo. Dessa forma, quem produz pode ter o seu trabalho mais valorizado na medida em que o pagamento também se tornaria mais equitativo por meio da comercialização direta e a relação mais próxima com os consumidores.

Nesse contexto, a Agroecologia traz possibilidades reais de comercialização que aproximam agricultores e consumidores e contribuem na luta por um sistema agroalimentar pautado pela sustentabilidade, com a valorização da cultura e da natureza nos territórios. A partir do exposto, este texto tem por objetivo apresentar relações entre a Soberania Alimentar, Segurança Alimentar e Nutricional e a Agroecologia, e o potencial dessas relações para o diálogo com a Educação do Campo. Esse tema permeia o projeto de pesquisa “A Agroecologia e a Segurança Alimentar e Nutricional no contexto da Educação do Campo no Sul do Brasil”.



Culinária saudável do território Bairro Ribeirão Foto: Acervo pessoal de Édna Florindo da Silva



Produtos da agricultura familiar, produzidos em Agroflorestas mantidas por estudantes da Lecampo em Iporanga, SP Foto: Acervo pessoal de Aline Moreira

Cabe destacar que a Educação do Campo não deixa de ser uma expressão da contestação diante do paradigma de modernização da agricultura, uma agricultura pautada na perspectiva do agronegócio, que exclui os povos do campo e acentua as injustiças sociais e ambientais vivenciadas por esses povos. Portanto, aliada à Agroecologia, a Educação do Campo tem o potencial de orientar a construção de conhecimentos baseada no diálogo entre conhecimentos acadêmicos e não acadêmicos. Essa construção envolve a observação das práticas sustentáveis dos sistemas agrícolas tradicionais agregadas aos conhecimentos e princípios científicos na busca pelo desenvolvimento de uma agricultura pautada na sustentabilidade socioambiental e que permita a geração de renda e qualidade de vida dos povos do campo, das águas e das florestas

Afinal, são as famílias agricultoras que vivem nos territórios dos povos do campo, das águas e das florestas que produzem grande parte dos alimentos que chegam até as famílias na cidade, sejam eles assentados da reforma agrária, camponeses, povos e/ou comunidades tradicionais. No Boletim da Conab, Souza (2021, p. 8) afirma que “A agricultura familiar é, e sempre foi, a base da alimentação mundial”. Porém, o IBGE (2017) apontou a redução dos estabelecimentos de agricultura familiar no Brasil em 9,5% em comparação com o Censo Agropecuários de 2006. Também, houve a redução dos postos de trabalho, perfazendo a perda de 2,2 milhões de trabalhadores (IBGE, 2017). Ainda que represente apenas 23% da área agrícola total do país, a agricultura familiar perfaz a maior parte dos estabelecimentos agrícolas no Brasil, compreendendo 77% (IBGE, 2017).



Agricultura familiar com produtos orgânicos. Foto: Recorte, acervo pessoal de Cleide Divino

Diante disso, o projeto “A Agroecologia e a Segurança Alimentar e Nutricional no contexto da Educação do Campo no Sul do Brasil” tem por objetivo compreender as formas de abordagem da Agroecologia e da Segurança Alimentar e Nutricional na Educação do Campo. Para isso, o projeto tem tecido reflexões em torno da alimentação saudável e da Agroecologia, articulando com a realidade das comunidades e escolas do campo. Neste texto, essa articulação se dá permeada pelas reflexões das estudantes da Lecampo que fazem parte da equipe do projeto de forma a apresentar aos leitores e às leitoras informações pertinentes ao debate.

Como a Educação do Campo pode contribuir para uma alimentação saudável?

A Educação do Campo surge da luta dos povos do campo por uma educação que esteja alinhada às demandas e especificidades do campo, em um movimento crítico em relação à modernização da agricultura e suas consequências nos territórios. Ela surge primeiramente das Conferências Nacionais do MST no final dos anos de 1990 e início dos anos 2000 (CALDART, 2012). Com o passar do tempo, outros movimentos sociais foram se somando e constituindo a diversidade de sujeitos da Educação do Campo, atualmente denominados como povos do campo, das águas e das florestas.

Muitas vezes, os estudantes do campo sofrem muita discriminação ao irem estudar na cidade. Essa dinâmica faz com que muitos desistam da escola, percam sua identidade, percam o vínculo com o território e tenham dificuldades de desenvolver a aprendizagem.

Sendo assim, os estudantes do campo devem ter o direito de permanecer nas escolas do campo. As escolas do campo são diferenciadas em relação às escolas da cidade. Nas escolas do campo, estuda-se de acordo com a realidade dos(as) estudantes. As escolas do campo estão próximas da natureza, conectadas aos territórios, tendo um grande potencial para diálogos sobre sustentabilidade. Nesse diálogo, deve-se fomentar a conservação ambiental aliada à geração de renda, à produção para o autoconsumo, à valorização da cultura local e à alimentação tradicional e saudável.

Dessa forma, é importante que as escolas do campo contribuam para a soberania alimentar, tanto com a construção de conhecimentos sobre os processos ecológicos inerentes ao território onde a escola está inserida, como também na construção de conhecimentos que ajudem na produção de alimentos saudáveis, reduzindo a dependência de insumos externos como sementes e adubos, com a construção de conhecimentos sobre os processos ecológicos. De acordo com a Declaração de Nyéléni sobre Soberania Alimentar:

“

A Soberania Alimentar é o direito dos povos à alimentação saudável e culturalmente adequada produzida por meio de métodos ecológicos e sustentáveis, além do direito de decidir seus próprios sistemas alimentares e agrícolas. (MPA, 2016, on-line).

”

A Soberania Alimentar é elemento essencial para a Segurança Alimentar e Nutricional. De acordo com a Lei 11.346 (BRASIL, 2006):

“

Art. 3º A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. (BRASIL, 2006, Art. 3º).

”

Visualiza-se que a Educação do Campo tem um papel fundamental na construção da Soberania Alimentar e da Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN), orientando projetos e mobilizações por melhores condições de vida no campo e para a produção de alimentos com base em princípios agroecológicos e com maior autonomia. Isso inclui a diversificação na produção de alimentos, a valorização da agrobiodiversidade, valorização da cultura local dos territórios, a construção de tecnologias sociais e a organização da comunidade

Nesse intuito, aponta-se as seguintes ideias para a promoção da SSAN a partir do trabalho das escolas do campo, mobilizando educadores/as, trabalhadores/as das escolas, nutricionistas, familiares, comunidade e as prefeituras: I) Projetos escolares, como hortas didáticas comunitárias em que seja possível falar sobre o processo produtivo a partir do diálogo de saberes entre conhecimento escolares e os conhecimentos da comunidade, também envolvendo conhecimentos sobre técnicas de cultivo e de manejos orgânicos e/ou de base ecológica (Agroecologia); II) Oficinas e palestras para comunidade escolar com informações importantes sobre a produção de alimentos saudáveis e a alimentação, mostrando as diferenças entre os alimentos naturais, processados e ultraprocessados; III) Momentos de partilha de conhecimentos sobre o preparo dos alimentos,

oficinas de culinária local, tradicional, com a valorização dos alimentos tradicionais locais, envolvendo também as práticas alimentares como a importância de sempre que possível comer em família e/ou com amigos; IV) Maior protagonismo das nutricionistas com a elaboração de cardápios saudáveis; V) Projetos que relacionem da terra à mesa, envolvendo os conhecimentos dos/as agricultores e os conhecimentos científicos, e entender o que as pessoas da comunidade escolar sabem sobre alimentação saudável; VI) Projetos que cuidem da água e que fomentem reflexões sobre sua importância, estimulando a conscientização coletiva sobre a importância da conservação das matas ciliares e da biodiversidade.

O texto problematizou a importância do tema da alimentação saudável na Educação do Campo, permeado pelo debate sobre a Soberania Alimentar e Segurança Alimentar e Nutricional e a Agroecologia. Entende-se que são inúmeras as articulações possíveis entre esses temas, porém, o foco apresentado permitiria reflexões para orientar o diálogo em torno desses temas, com destaque às possibilidades de interações entre a Agroecologia e a Educação do Campo.

Referências

ANTUNES, André. Sistema agroalimentar, produtor de doença e iniquidade. Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz. Fiocruz. Rio de Janeiro, 2020. Publicado em: 04/12/2018. Disponível em: <https://cee.fiocruz.br/?q=node/873>. Acesso em: 20 nov. 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012. Disponível em: https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2017/03/marco_EAN.pdf. Acesso em: 14 nov. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm. Acesso em: 20 nov. 2021.

MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES (MPA). Declaração da Via Campesina sobre comércio, mercados e desenvolvimento. 20 de julho de 2016. Disponível em: <https://mpabrasil.org.br/noticias/declaracao-da-via-campesina-sobre-comercio-mercados-e-desenvolvimento/>. Acesso em: 20 nov. 2021.

SOUZA, Ênio Carlos Moura de. Agricultura Familiar e Sociobiodiversidade nas Políticas Públicas do Governo Federal. Boletim da Agricultura Familiar, v. 1, n. 1, jul. 2021. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/agricultura-familiar/boletim-agricultura-familiar>. Acesso em: 20 nov. 2021.

TRICHES, Rozane Márcia; SCHNEIDER, Sérgio. Alimentação, sistema agroalimentar e os consumidores: novas conexões para o desenvolvimento rural. Cuad. Desarro. Rural, Bogotá, Colombia, v. 12, n. 75, 2015. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/producaotextual/sergio-schneider/triches-rozane-marcia-schneider-s-alimentacao-sistema-agroalimentar-e-os-consumidores-novas-conexoes-para-o-desenvolvimento-rural-cuadernos-de-desarollo-rural-v-12-p-2015-2015>. Acesso em: 20 nov. 2021.

CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

G1. BBC. Consumo de pé de galinha em alta e outros 5 dados que revelam retrato da fome no Brasil. Publicado em: 05/10/2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/google/amp/economia/noticia/2021/10/05/consumo-de-pe-de-galinha-em-alta-e-outros-5-dados-que-revelam-retrato-da-fome-no-brasil.ghtml> Acesso em: 20 nov. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Agropecuário 2017. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/2012-agencia-de-noticias/noticias/25786-em-11-anos-agricultura-familiar-perde-9-5-dos-estabelecimentos-e-2-2-milhoes-de-postos-de-trabalho.html>. Acesso em: 20 nov. 2021.



Agricultura familiar com produtos orgânicos. Foto: Acervo pessoal de Cleide Divino



PROJETO DE PESQUISA GENÉTICA E SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA

CLAUDEMIRA VIEIRA GUSMÃO LOPES
BIÓLOGA, DOCENTE DA LECAMPO/UFPR

A genética, por meio do DNA, estuda a transmissão de características de pais para filhos. As populações, assim como as famílias, podem compartilhar algumas características, como por exemplo, uma ancestralidade ou uma história em comum. É o caso da população negra no Brasil, que tem as suas origens nos ancestrais que vieram do continente africano várias gerações atrás.

A genética interfere muito na nossa saúde porque pode ser a causa ou parte da causa de muitas doenças, além de interferir na eficácia e na resposta de muitos medicamentos. Vários estudos já foram realizados em todo o mundo para entender o papel da genética nas doenças humanas. Os pesquisadores descobriram que certas variantes genéticas são mais frequentes em determinadas populações, tornando-as mais ou menos susceptíveis ao aparecimento de determinadas doenças ou até mesmo levando-as a responder de forma insatisfatória a um remédio.

Você já ouviu falar num medicamento chamado varfarina? Ele é um anticoagulante. Para estabelecer a dose desse medicamento, os cientistas estudaram populações europeias a partir de variantes genéticas que os europeus possuem em alguns genes. Entretanto, por conta de diferenças genéticas entre populações, esse método não funciona em não europeus. Há outros exemplos de medicamentos cujas doses foram estabelecidas tomando como referência variantes genéticas de europeus: carbamazepina, albuterol e primaquina.

Isso acontece porque menos de 10% dos estudos foram realizados em populações africanas ou negras, o que é um grande problema porque estudos realizados em populações brancas se mostraram inadequados para se conhecer a saúde da população negra, uma vez que menos de 25% dos achados em populações brancas são aplicáveis à população negra. Outro fator relevante diz respeito à ancestralidade africana, pois existem grandes



Arquivo pessoal da autora

Equipe do projeto *Genética e Saúde da População Negra*

lacunas nos registros históricos em relação às origens subcontinentais das pessoas que vieram para o Brasil escravizadas entre os séculos XVI e XIX.

Para a implementação de políticas públicas no Brasil, a principal forma de inferir essa ancestralidade dos brasileiros é a autodenominação individual usando o quesito raça/cor implementado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em seu censo. O problema é que esse critério não é tão preciso para fornecer dados ao nível de ancestralidade genômica. Segundo o último censo do IBGE, mais da metade da população brasileira é negra (50,7%). Se fosse realizado um estudo genômico da população brasileira, esse número seria muito maior. Foi pensando em todas essas situações mencionadas que as professoras Claudemira Lopes e Marcia Beltrame resolveram fazer este projeto, que iniciou em 2020 e vai até 2025.

O objetivo é estudar a ancestralidade genômica da população afro-brasileira através da genotipagem das comunidades quilombolas paranaenses, iniciando pela Lapa.

Também, pretendemos analisar polimorfismos em escala genômica de indivíduos de todas as regiões do Brasil. A genotipagem será realizada através do uso de microarranjo de polimorfismos de nucleotídeo único e pequenas inserções e deleções (SNPs e indels) e pela técnica de PCR-SSP.

A ancestralidade genômica será analisada buscando determinar, com a maior precisão subcontinental possível, as contribuições genéticas ao pool gênico de indivíduos afro-brasileiros. Ao mesmo tempo, será verificada a presença de variantes genéticas associadas a doenças monogênicas e multifatoriais de maior prevalência ou taxa de mortalidade nas populações afro-brasileiras. Para saber mais sobre os medicamentos citados ou sobre outras questões mencionadas no texto, consultem as referências a seguir ou neste [website](#)



Arquivo pessoal da autora

Processo de separação do soro do sangue para análise bioquímicas e genéticas

Referências

JOHNSON, J. A. et al. Clinical Pharmacogenetics Implementation Consortium (CPIC) Guideline for Pharmacogenetics-Guided Warfarin Dosing: 2017 Update. *Clinical Pharmacology and Therapeutics*, v. 102, n. 3, 2017.

DALY, A. K. Pharmacogenetics: A general review on progress to date. *British Medical Bulletin*, v. 124, n. 1, p. 65-79, 2017.

MAK, A. C. Y. et al. Whole-Genome Sequencing of Pharmacogenetic Drug Response in Racially Diverse Children with Asthma. *American Journal of Respiratory and Critical Care Medicine*, v. 197, n. 12, p. 1552-1564, 2018.

RODRIGUES-SOARES, F. et al. Genetic structure of pharmacogenetic biomarkers in Brazil inferred from a systematic review and population-based cohorts: a RIBEF/EPIGEN-Brazil initiative. *The Pharmacogenomics Journal*, v. 18, n. 6, 2018., p



EU E A NATUREZA

ILTON GONÇALVES DA SILVA

LÍDER QUILOMBOLA DE BATUVA
LICENCIADO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO -
CIÊNCIAS DA NATUREZA
PELA UFPR LITORAL

De manhã, quando levanto
Sinto cheiro da floresta
Sinto cheiro da terra e das flores
Apreciando a riqueza campestre

Ouçõ o cantar da passarada
O ruído do vento na mata
Ouço a chuva no telhado
O gluglulejo do peru e o grasnar do pato

Sinto cheiro das frutas
Pelos pássaros triturados
Sinto cheiro dos legumes
Também do café torrado

É a razão de me levantar cedo
Sou sertanejo de (verdade) paixão
Comendo alimento tirado da terra viva
E o café socado no pilão

Durma com o cantarolar das cachoeiras
Com o frescor do ventilador natural
Ouço o cantar do galo e do ganso
Sei que é hora de levantar

Agradeço ao Papai do céu
Pela vida, pela saúde e pelo ar
Pelo fôlego, pela água e pela terra
E pela coragem de lutar

Trabalho o dia inteiro
Apreciando a natureza
Lembrando da minha família
A minha maior riqueza
A noitinha volto para casa
Após o banho e o jantar
Converso com minha cama
Você é para eu dormir, e não para eu morar

Alguns minutos fico acordado
refletindo o que pratiquei durante o dia
Com minhas ações corrigidas
Sai o cansaço e vem a alegria

Assim vou levando a vida
Sempre pensando em vencer
Esqueço todos problemas
Aumentando o meu prazer de viver

MINI RADIOGRAFIA DE BATUVA

ILTON GONÇALVES DA SILVA

LÍDER QUILOMBOLA DE BATUVA
LICENCIADO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO -
CIÊNCIAS DA NATUREZA
PELA UFPR LITORAL

A comunidade de Batuva
Há mais de cento e quarenta anos existe
Com todo percalço e resistência
Os hábitos, saberes, costumes e tradição
persistem

Limita-se com o município de Cananéia
Grande estado de São Paulo
Onde viveram meus avós e meus pais
Ali, no mesmo sítio ainda moro

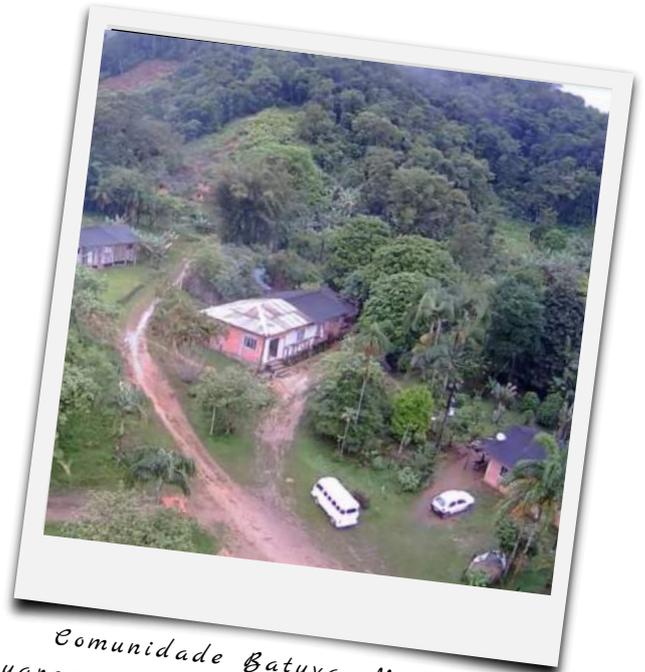
A trinta e dois quilômetros de distância
Da cidade Guaraqueçaba
Lugar humilde e carente
Mas seu povo não perde a dignidade.

Com toda dificuldade e carência
Mantenho a comunidade no coração
Por estar juntinho dela
Sei a totalidade das residências e da
população

Setenta e seis famílias permanentes
Temporários apenas oito
No endereço BR quatrocentos e quatro
Agrupados no quilômetro dezoito

Totalizando duzentos e sessenta e cinco
habitantes
Nem todos conhecem sua própria história
Dos habitantes total
Cento e quarenta se declaram Quilombolas

No meio da atual população de Batuva
Vinte e oito são aposentados
Mostra que há um número expressivo de idosos
De cinquenta e cinco a oitenta e
nove anos de idade



*Comunidade Batuva, Município
Guaraqueçaba, PR. Foto: Iilton Gonçalves*

Sobrevivência

A principal atividade hoje
Ainda é a plantação
Arroz, mandioca, milho e legumes
Hortaliças, frutas, palmácia e um pouquinho
de feijão

No passado,
Equino, bovino, muito suíno e aves
Bom tempo que já se foi
Hoje fauna e muita flora abundantes
Pato, ganso, galinha e um pouquinho de boi

Comida típica

A comida pioneira
Somente em dia de mutirão
Picadinho de carne gorda de porco
Cozido com arroz em cima de quatro tições

Coisas de meus ancestrais
De minha ideia não escapa
Farinha de milho feito no forno de cobre
Era a mistura do café feito de garapa

Saúde

Os mais idosos ainda usam
Falando na linguagem popular
Uma variedade de ervas e raízes
Preparam seus cordeás

Transporte

Bicicleta, carro, moto, cavalo
Ônibus somente duas vezes por semana
Nesse caso as pernas não podem ser
dispensadas
Porque o ônibus respeita feriado, falta
de combustível peças quebradas

Educação

Uma professora dá aula pela manhã
Uma outra, dá aula depois
Em uma única sala multisseriada
Construída em setenta e dois

Após o quinto ano
A Guaraqueçaba tem que se deslocar
Levantando às cinco horas da manhã
Para às sete e meia em Guaraqueçaba chegar

A merenda, uma das boas
Sempre um biscoito com chá
Chegando às quatorze horas em casa
Aí sim, é que vai almoçar

Comunicação

Em relação à comunicação
Somente um orelhão de péssima qualidade
Quando funciona um dia
Trinta dias fica parado

Religiosidade

No caso religioso
Escrevo (escrevo) o que vejo e lembro
Não é exagero, não
Há mais igrejas do que membros

São as igrejas existentes
Espaço em que cada um dá seu louvor
Adventista, Católica, Assembléia de Deus
Presbiteriana, Congregação Cristã e Deus é
Amor

Comércio

Dentro da comunidade
Somente uma mercearia há
Por falta de opção
Ali se obrigada a comprar

Desafio

O maior desafio hoje
Lutar com garra, persistência e seriedade
Não descansar da luta pelas políticas públicas
Até chegar à comunidade

De recursos naturais
A população possui a maior riqueza
O difícil é extrair sua sobrevivência
Dessa gigantesca natureza

Gostaria de fazer um retrato da comunidade
Para isso precisaria ser um semigênio
Relato com as mais simples palavras
Porque é dom que eu não tenho

Conclusão

Para dar estes pequenos detalhes
Procurei as palavras resumir
Para não me causar desconforto
Noventa e seis frases escrevi

Batuva, novembro de 2015



*Comunidade Batuva, Município
Guaraqueçaba, PR. Foto: Ilton Gonçalves*



LECAMPO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

ADALBERTO PENHAS DE PAULA

ETIENNE CESAR ROSA VACCARELLI

MARCELO CUNHA VARELLA

No Outono de 2021 assumimos a Coordenação do curso de Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza, conhecida como Lecampo. Em um tempo pandêmico, talvez não tenhamos percebido a beleza das estações, seu sentido e anúncio de novos tempos.

Porém, findando o ano de 2021 temos, mesmo que diante de incertezas, condições elementares de olhar para nossa caminhada até o momento e projetar, lançar perspectivas e esperar para o ano de 2022.

Assumimos a Coordenação com a responsabilidade de dar continuidade às demais gestões do curso, bem como buscar formas de avançar em questões necessárias para a consolidação da Lecampo.

Desde o ano de 2014, com o início das aulas, o curso tem buscado ocupar cada vez mais a Universidade Federal do Paraná, mais especificamente o Setor Litoral, inserindo, construindo juntamente com os servidores docentes, servidores técnicos, estudantes, comunidades e movimentos sociais uma universidade que seja plural, que acolha, dialogue e produza conhecimento a partir das demandas dos territórios, dos povos do campo, das águas e das florestas. Pois esses são os sujeitos que constroem a Educação do Campo, tanto na Universidade quanto nas suas comunidades.

Assim, neste ano de 2021, segundo ano da pandemia da COVID-19 provocada pelo novo coronavírus SARSCov-2, vivenciamos muitos desafios para que pudéssemos, minimamente, manter o diálogo com os estudantes e com as comunidades para a realização do ensino, extensão e pesquisa.

No que se refere ao ensino, foi necessário nos adaptar, mesmo que precariamente, visto a falta de acesso à internet e equipamentos de qualidade, e de conhecimento para uso das tecnologias, pois a Educação do Campo é construída no diálogo, na

presença, na escuta e ação coletiva, ou seja, como todo e qualquer processo educativo que se assume transformador.

Os desafios impostos pelas atividades remotas não impediram os servidores técnicos e docentes, estudantes e comunidades de se dedicarem a aprender como trabalhar e estudar neste novo contexto. Passamos e continuamos vivendo as mais diversas dificuldades, dado que grande parte dos estudantes da Lecampo estão com dificuldades de acesso às atividades síncronas; muitos somente conseguem realizar as assíncronas.

Os docentes tutoras e tutores, do nosso Programa de Orientação Acadêmica (POA), foram e continuam sendo um dos pilares e segurança dos estudantes neste momento, auxiliando desde demandas da trajetória acadêmica, até questões de ordem pessoal, familiar e comunitária.

Considerando que de forma avassaladora a pandemia impactou significativamente as condições de vida, de existência de toda população brasileira, que a tempos vive uma situação de descaso por parte do Estado, foi preciso que as pessoas se organizassem da forma que conseguiram para seguir com o objetivo primordial de sobreviver à COVID-19,



Credito: Marcos Solivan. Integra UFPR

UFPR Setor Litoral

no cuidado contra a infecção pessoal e familiar, na garantia de trabalho e renda e, ainda, na continuidade das lutas pelos direitos individuais e coletivos. Diante deste cenário, estudar nem sempre foi a prioridade, mas sim manter-se vivo. Nesse sentido, a Lecampo sempre apoiou os estudantes e suas comunidades! De fato, nós precisamos ser apoio, parceiros, companheiros para um outro momento desta pandemia, o qual se aproxima e nos lança uma certa esperança vigilante!

Este horizonte para retomada das atividades acadêmicas de forma presencial vem sendo construída por muitas pessoas no âmbito da UFPR e que no momento, indica um processo de retoma cuidadosa do ensino presencial de modo que possamos continuar nosso trabalho como educadoras e educadores do campo, das águas e das florestas no contexto do Ensino Superior, bem como os estudantes possam retomar de forma mais segura e confiantes suas trajetórias acadêmicas.

Esperamos que em 2022, ainda atentos à conjuntura da COVID-19, possamos nos encontrar e nos fortalecer como comunidade educativa da Licenciatura em Educação do Campo - Ciências da Natureza.